

Amanhã, começa uma nova fase no financiamento externo às exportações.

Deixam de ser obrigatórias a partir de amanhã as linhas de financiamento de curto prazo do projeto 3 (comércio exterior) e projeto 4 (interbancário), que vinham sendo mantidas pelos credores conforme um acordo firmado ainda no governo Sarney. Com isso, a partir de maio os bancos só manterão os financiamentos que quiserem.

O volume de recursos destinado a essas linhas já diminuiu muito desde o ano passado, em função das dificuldades de entendimento entre o Brasil e os credores. Dos US\$ 11 bilhões previstos inicialmente estima-se que atualmente o volume esteja entre US\$ 5 e US\$ 7 bilhões. Muitos bancos se sentiram no direito de reduzir ou mesmo cortar as linhas na medida em que o Brasil também não cumpria a sua parte no acordo.

Um corte maior agora certamente pesaria sobre o comércio exterior do País, mas por enquanto não existe nenhuma indicação segura do que poderá acontecer. De um modo geral,

dirigentes de bancos estrangeiros no Brasil e empresários que operam no mercado externo acreditam que essas linhas poderão se transformar em operações voluntárias. Segundo o diretor da comissão de bancos com participação estrangeira da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), Henrique Meirelles, no mês passado a expectativa de corte dessas linhas era muito maior — tanto que as taxas subiram a até 7% ao ano acima da **Libor**, a taxa interbancária européia. Como a oferta se manteve, as taxas caíram e hoje se mantêm no patamar dos 3%.

Carlos Craide, diretor de Comércio Exterior do Citibank, admite que algumas instituições que operam com o banco já informaram que não pretendem renovar suas linhas — as linhas próprias do Citi serão mantidas. Mas Craide também não acredita numa redução muito maior dos financiamentos, principalmente os destinados às exportações. Como explicou, os bancos

que não tinham interesse no País já se retiraram, e portanto uma queda agora, se houver, não deverá ser dramática — até porque muitos bancos têm operações em andamento que não podem ser cortadas de uma hora para outra.

O diretor de um outro banco ressalta justamente esse ponto: os bancos têm interesse em continuar atendendo seus clientes no Brasil. Por isso, mesmo que a matriz seja contra a manutenção das linhas, os dirigentes no Brasil vão continuar brigando pela sua manutenção. Caso contrário, poderão perder espaço junto ao mercado.

Em visita ao Brasil, Simon C. Sayer, representante brasileiro para o financiamento de comércio com a Europa, do Lloyds Bank, comentou que “a voluntariedade atrairá novos financiadores, uma vez que esse tipo de operação, vinculada ao comércio, é um bom negócio”. Sayer lembra que existem compradores, vendedores e produtos: “É um negócio tangível.” E

a ampliação das linhas depende essencialmente do desempenho da economia brasileira e do acordo sobre o restante da dívida externa.

O empresário Roberto Gianetti da Fonseca, diretor da Sillex Trading, lembra que sempre foi contra a obrigatoriedade das linhas. “Quando você prende o animal ele sempre tenta fugir”, argumenta. Ele não conta com a possibilidade de um corte mais significativo, principalmente porque essas linhas sempre foram vantajosas para os credores, têm sido honradas e as taxas são bastante elevadas. Na sua avaliação, com o fim da obrigatoriedade as taxas poderão até baixar, atingindo patamares de mercado — em torno de 1,5% ao ano mais a Libor. Fonseca acha que até os bancos japoneses vão continuar, apesar dos sinais contrários. Além de as **tradings** japonesas serem muito atuantes, muitas empresas com capital japonês não podem abrir mão dos financiamentos.

Denise Campos de Toledo